



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

PROCESSO

Nº 3.173/25 .....

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.173/25

ASSUNTO: Autoriza o Executivo Municipal a  
doar bens móveis às Comunidades  
Assistidas pelo programa "Combate aos  
efeitos sociais e econômicos nos bome  
nidades quilombolas de Tavares/RS"

DESTINO: Processo nº 23/28000001883-6.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES TAVARES - RS**

**"O PARLAMENTO ABERTO PARA O POVO"**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**Parecer nº 032/2025**

A Comissão permanente acima citada reuniu-se nesta data, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.173/2025 encontra-se viável para votação em plenário, com mediante parecer Jurídico da IGAM.

Sala da Comissão, 24 de março 2025.

  
**Elis Rodrigues**  
Presidente CCJ

  
**Jaridel Porto**  
Relator CCJ

  
**Leone Machado**  
Secretario CCJ

**Parecer Aprovado**

(03) a (00)

OBS....

Porto Alegre, 12 de março de 2024.

## Orientação Técnica IGAM nº 6.421/2024.

I. O Poder Legislativo do Município de Tavares solicita análise do Projeto de Lei nº 3.173, com origem no Executivo e que tem por objetivo buscar autorização para doar bens móveis "que venham ser adquiridos com recursos estaduais destinados às comunidades quilombolas municipais por meio do Termo de Convênio nº 4795/2023, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul".

II. A alienação dos bens móveis integrantes do patrimônio público está normatizada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LLCA), como segue

Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

[...]

II - tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação;

[...]

A Lei Orgânica do Município, sobre a administração e a alienação de bens, refere nos termos que seguem:

Art. 14. É da competência do prefeito a administração dos bens municipais, salvo dos que são empregados nos serviços da Câmara Municipal.

[...]

Art. 17. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação, autorização Legislativa e licitação, sendo esta realizada nos termos estabelecidos na legislação federal e estadual.

§ 1º será dispensada a licitação a que se refere o artigo, nos seguintes casos:

I - nas doações observadas as seguintes normas:

a) quando de imóveis, deverão constar obrigatoriamente do contrato, se for o caso, os encargos de donatário o preço de seu cumprimento e a cláusula

# IGAM<sup>®</sup>

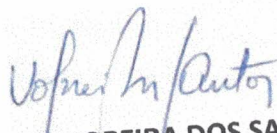
retrocessão, sob pena de nulidade do ato.

b) quando de móveis e semoventes serão permitidas se forem destinadas a fim de interesse social; (Grifou-se)

Assim, observa-se que o Projeto de Lei sob exame, quanto à iniciativa e à espécie legislativa de se mostra hígido. No que respeita ao conteúdo material, nenhum reparo se faz necessário.

Em conclusão, do ponto de vista formal, tem-se que o Projeto de Lei nº 3.173 possui os pressupostos necessários a regular tramitação, caso receba parecer favorável das Comissões da Casa.

O IGAM permanece à disposição.



**VOLNEI MOREIRA DOS SANTOS**  
OAB/RS 26.676  
Consultor do IGAM





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**  
**PROJETO DE LEI Nº 3.173/25**

Senhora Presidente,  
Senhores Vereadores:

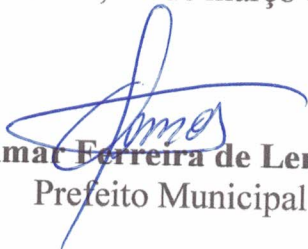
Encaminhamos, o presente Projeto de Lei nº 3.173/25 para esta Egrégia Casa Legislativa, o qual autoriza o Poder Executivo a promover a doação dos bens móveis, imóveis, materiais de consumo e afins que venham ser adquiridos com recursos estaduais destinados às comunidades quilombolas municipais por meio do Termo de Convênio nº 4795/2023, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul

Tem por objetivo a entrega de equipamentos eletrônicos para as Comunidades Quilombolas do Município de Tavares/RS, visando combater os efeitos sociais e econômicos, assegurando os direitos fundamentais das crianças e adolescentes Quilombolas, em conformidade com as diretrizes do Projeto do Programa Avançar Comunidades Tradicionais e Direitos Humanos.

Oportunizar e promover o desenvolvimento de estratégias e ações a fim de qualificar a atenção e ampliar o respeito às especificidades étnico-raciais, territoriais, as concepções culturais e religiosas, a condição socioeconômica, a diversidade sexual e de gênero, as condições específicas das pessoas privadas de liberdade e as atividades laborais das populações específicas.

Esperando contar com a compreensão dos Nobres Vereadores, desde já agradecemos à atenção prestada.

Tavares, 11 de março de 2025.

  
**Gilmar Ferreira de Lemos**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



**PROJETO DE LEI Nº 3.173**  
**DE 11 DE MARÇO DE 2025**



**Antônio Carlos Antunes Pagano**  
Vereador

**Elis Regina Lemos R.**  
Vereadora  
PROGRESSISTA

**Enio Vieira Chaves**  
Vereador

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR BENS MÓVEIS ÀS COMUNIDADES ASSISTIDAS PELO PROGRAMA “COMBATE AOS EFEITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE TAVARES/RS”, PROCESSO Nº 23/2800-0001883-6.**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a doação dos bens móveis, imóveis, materiais de consumo e afins que venham ser adquiridos com recursos estaduais destinados às comunidades quilombolas municipais por meio do Termo de Convênio nº 4795/2023, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.

**Izabel Rosa da S.**  
Vereadora  
MDB

Art. 2º O termo de entrega dos bens doados com base nesta lei deverá conter a identificação das partes, a indicação do programa, o número do Convênio e a descrição dos bens móveis e equipamentos e suas especificações.

**Jardel Antunes P.**  
Vereador  
PROGRESSISTA

Art. 3º Em caso de destinação a finalidade diversa, os bens doados reverterão ao patrimônio do Município.

**Leone Macha**  
Vereadora

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES**, aos 11 dias do mês de março de 2025.

**Gilmar Ferreira de Lemos**  
Prefeito Municipal

**Nardel Rodrigues Nunes**  
Vereador  
PDT

Protocolo  
9203/2025  
Protocolado em 17.03.25  
**Uliam Nascimento**  
Secretário

**Volmir Vieira**  
Vereador